



LISBOA IMAGINA A NOVA BAUHAUS EUROPEIA

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO
PROGRAMA PRELIMINAR

**REQUALIFICAÇÃO / MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA
BÁSICA E SECUNDÁRIA MANUEL DA MAIA – CAMPO DE
OURIQUE**



Concurso de conceção para a elaboração do Projeto de Requalificação / Modernização da
Escola Básica e Secundária
Manuel da Maia de Lisboa
Freguesia de Campo de Ourique

ANEXO I PROGRAMA PRELIMINAR ¹

Procedimento N.º 11/AQ/DMMC/DEM/DPCE/25

Setembro de 2025

¹ Desenvolvido na CML/DMCC/DEM/DPCE, baseado no documento *PROGRAMA PRELIMINAR para a “Requalificação/Modernização da Escola Básica e Secundária Manuel da Maia”* elaborado pela Arq.ª Filipa Vedes / CML/ DE/ DRE

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	6
2. PROGRAMA MUNICIPAL “ESCOLA DO FUTURO”	7
3. ENQUADRAMENTO	9
3.1 Localização e limites.....	9
3.2 Nota Histórica e Antecedentes	11
3.2 Análise do Edificado	14
4. SITUAÇÃO EXISTENTE E ESTADOS DE CONSERVAÇÃO	20
4.1 Áreas Aproximadas	20
4.2 Edificado.....	20
4.3 Arranjos Exteriores.....	21
4.4 Caracterização da População Escolar (Ano Letivo 2023/2024).....	21
5. ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO.....	22
5.1 Instrumentos de Gestão Territorial	22
5.2 Qualificação do Espaço Urbano	22
5.3 Exposição Solar.....	23
5.4 Carta de Ruído Global – Período Diurno e Entardecer Noturno	23
5.5 Planta de ordenamento – Estrutura ecológica municipal:	23
5.6 Planta de Ordenamento - Planta de Riscos Naturais e Antrópicos I.....	23
5.7 Planta de Ordenamento - Planta de Riscos Naturais e Antrópicos II.....	23
5.8 Planta de Ordenamento - Condicionantes de infraestruturas	23
5.9 Planta de Ordenamento Acessibilidade e Transportes	23
5.10 Planta de ordenamento – Sistema de Vistas:	23
5.11 Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I/II	24
5.12 Área de Reabilitação Urbana	24
5.13 Vulnerabilidade Sísmica.....	24
5.14 Condições gerais a que deve obedecer a Operação Urbanística.....	24
5.15 Emissão de Pareceres	25
6. CONDICIONANTES	25
7. OBJECTIVOS.....	28
7.1 Qualidade e Coerência da Solução Conceptual	29
7.2 Adequação aos objetivos do Programa Preliminar.....	29
7.3 Articulação com o território e sistemas envolventes	30
7.4 Racionalidade construtiva.....	30

7.5 Sustentabilidade e aspetos de manutenção futura	30
8. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO	31
9. PROGRAMA FUNCIONAL	31
10. QUESTÕES A CONSIDERAR NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	31
A. Espaços de Aprendizagem Formal	33
A.1 Espaços de Ensino Geral	33
A.1.2 Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).....	34
A.1.3 Núcleo de Ciências.....	34
A.1.4 Núcleo Artes Visuais	34
A.1.5 Núcleo de Artes do Espetáculo.....	34
B. Biblioteca	34
C. Espaços Sociais e de Convívio – Núcleo do Aluno e Espaços de Apoio.....	35
C.1.1 Área do Aluno	35
D. Espaços Desportivos - Novo Edifício com Pavilhão Desportivo.....	35
D.1. Pavilhão Desportivo e Espaços de Apoio.....	36
C.3 Refeitório / Cozinha e Espaços Complementares.....	36
A.4 Núcleo das Necessidades Educativas Especiais (NEE) e Espaços de Apoio	37
E. Entradas e Atendimento Geral.....	37
E.1. Entradas e Portaria.....	37
E.2. Átrios e Circulações	37
E.3 Serviços de Administração Escolar (Secretaria).....	38
G. Espaços de Órgãos de Gestão e de Apoio Socioeducativo	38
G.1 Núcleo de Gestão (Direção e Conselho Geral)	38
G.2 Espaços de Apoio Socioeducativo	38
G.3 Gabinetes e Espaços de Trabalho Coletivo.....	38
H.1 Núcleo de Pessoal Docente	38
H.2 Núcleo de Pessoal Não Docente.....	38
I. Espaços de Apoio e Áreas Técnicas.....	39
I.1 Serviços	39
I.2 Arquivos	39
I.3 Arrecadações.....	39
H. Instalações Sanitárias e Balneários.....	39
Espaços Técnicos.....	39
Espaços Exteriores	39
Espaços Exteriores e de Recreio	40
10.1 Área destinada a Campos Desportivos Exteriores	40

10.2 Vedação.....	40
10.3 Espaços Exteriores à Escola.....	41
11. ESCOLA PROVISÓRIA.....	41
12. ESTIMATIVA DE CUSTOS DE OBRA	41
13. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR.....	41

1. PREÂMBULO

Lisboa é uma cidade com séculos de história e de futuro. Construída através da cultura do encontro e da diversidade, a riqueza do ambiente urbano conjuga os diferentes tempos e funções que compõem a forma desta cidade.

O habitat é contexto territorial e social exterior do local onde se vive, nomeadamente no que diz respeito ao espaço envolvente, às infraestruturas e equipamentos coletivos, bem como ao acesso a serviços públicos essenciais e às redes de transportes e comunicações.

A aposta do Município de Lisboa na melhoria dos equipamentos escolares insere-se no Programa Municipal Escola de Futuro - programa de aumento e requalificação da rede escolar do 1.º ciclo e educação pré-escolar, e inclusão das escolas básicas 2/3 e secundárias, transferidas para a Câmara Municipal no âmbito da descentralização de competências da educação do Estado para os municípios. Com a reabilitação deste equipamento escolar procura-se corrigir as necessidades detetadas, quer do ponto de vista de articulação funcional, quer do ponto de vista das condições físicas e ambientais do imóvel, dos seus espaços internos e externos, de modo a aproximá-los tanto quanto possível, dos padrões atualmente exigíveis para um ensino de qualidade.

A concretização deste equipamento na Freguesia de Campo de Ourique pretende atingir esses objetivos, designadamente a adequação do estabelecimento de ensino às atuais necessidades funcionais, de forma a permitir o aumento da capacidade do universo escolar, a introdução de soluções estruturais que garantam um adequado comportamento ao sismo, a melhoria das condições de segurança contra incêndio, a melhoria das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, a garantia de conforto térmico e acústico aos utentes, a garantia de implementação de um edifício com necessidades quase nulas de energia, a implementação de soluções que evitem a intrusão dentro do recinto, a intervenção nas redes de infraestruturas e a requalificação dos espaços exteriores, de modo a melhorar as áreas de recreio, de circulação e estadia.

O contínuo desenvolvimento de Lisboa procura servir a experiência urbana e a qualidade de vida quotidiana de quem aqui vive. Através do projeto de novos edifícios para funções necessárias ou da recuperação de edifícios, antigos dotando-os de novas funções, procura-se um equilíbrio entre construção e reabilitação, adequada a cada território específico, à sua configuração e às suas carências de proximidade. Assim, a necessidade de melhorar a oferta urbana é o motor para a reabilitação criativa dos espaços da cidade: este é um novo fôlego no desenho de cidade que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar.

À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.

Pretende-se, com o presente Programa Preliminar, estabelecer os objetivos, condicionamentos, características orgânicas e funcionais e o custo estimado para a obra de Requalificação / Modernização da Escola Básica e Secundária Manuel da Maia, em Lisboa. Este documento serve de base à elaboração do projeto de Arquitetura e das respetivas especialidades, definindo as linhas orientadoras e especificando as necessidades funcionais e respetivas áreas, adequadas a uma lotação pré-estabelecida.

2. PROGRAMA MUNICIPAL “ESCOLA DO FUTURO”

O presente Programa Preliminar insere-se no Programa Municipal “Escola do Futuro”, que tem como objetivo a modernização da rede escolar pública de Lisboa, quer das escolas do 1º ciclo e pré-escolar que ainda não foram objeto de requalificação, bem como das que venham a ser construídas em resultado das conclusões dos estudos de procura da revisão da Carta Educativa de Lisboa, quer das instalações das escolas básicas 2,3 e secundárias transferidas para o Município no âmbito da descentralização de competências do Estado para o Município.

Através de uma intervenção de requalificação, modernização e ampliação do edificado existente, pretende-se criar ambientes de aprendizagem estimulantes que respondam, não só às atuais necessidades do ensino, mas que sejam capazes de vir a corresponder às necessidades que se perspetivam para as próximas décadas do ponto de vista pedagógico, tecnológico, social e ambiental ou de outros fatores imprevisíveis.

Para tal, propõem-se as seguintes linhas de orientação para o projeto da “Escola do Futuro”:

- Criação ou adaptação dos edifícios escolares de modo a tornar a escola inclusiva; estabelecer um percurso acessível, dispensando tanto quanto possível a utilização de meios mecânicos de elevação. Os espaços de utilização comum deverão preferencialmente estar localizados no piso de entrada (piso de referência).
- Reforço do comportamento sísmico dos edifícios. Devendo a conceção arquitetónica da nova construção prever a resistência sísmica dos vários componentes, evitando por exemplo, a utilização de claraboias em átrios, panos de vidro a envolver caixas de escadas ou zonas de circulação.
- Cumprimento das disposições em vigor em matéria de eficiência energética, de comportamento acústico, de segurança estrutural, de risco de incêndio, de risco de intrusão, de risco elétrico e de gás, de elementos construtivos quanto à proteção de quedas, da utilização de águas quentes sanitárias, da proteção de substâncias perigosas e gases tóxicos, do comportamento violento e vandalismo e controlo de acessos e vigilância.
- Adoção de disposições construtivas que promovam a infiltração das águas pluviais no terreno.
- Redução de necessidades de consumo de energia e de combustíveis, pelo recurso a disposições de arquitetura bioclimática e equipamentos mais eficientes.
- Criação de espaços multiusos que sejam facilmente adaptáveis às mais diversas funções do programa didático do estabelecimento escolar.
- Todas as soluções e opções devem ser pensadas no sentido de garantir a segurança de crianças e jovens.
- Criação de espaços exteriores com ambientes diversificados, zonas de anfiteatro mais ou menos informais, que possibilitem a ocorrência de aulas ao ar livre, apresentações, audições, festas escolares ou simplesmente o encontro e comunicação de vários grupos como fomento ao convívio saudável entre os alunos e professores.
- Deve estar presente a preocupação de utilizar soluções construtivas de alta resistência, económicas, de grande durabilidade, de fácil reposição e limpeza.
- As escolas deverão poder funcionar mesmo numa conjuntura adversa (crise energética, crise de combustíveis, crise social ou catástrofe natural), devendo para o efeito serem privilegiadas soluções passivas minimizando a necessidade de equipamentos elétricos ou mecânicos.

A Escola como local de felicidade, estímulo à aprendizagem e promoção de hábitos cívicos e de vida saudável

A escola deve promover experiências de felicidade nos seus alunos. Deve ser um lugar de aquisição e divulgação de conhecimento, em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes que favoreçam atitudes e comportamentos positivos e proporcionem a comunicação e convívio entre todos os intervenientes de modo a contribuir para uma formação global de valores, conhecimento científico e cultural, bem como para o comportamento cívico dos alunos.

Os espaços deverão ser atrativos, flexíveis, multifuncionais, seguros, acessíveis e inclusivos, adotando soluções espaciais construtivas e ambientais duradouras. As salas de aula devem ser visualmente agradáveis, confortáveis e estimulantes.

Os recreios devem ter equipamentos lúdico-desportivos adaptados às faixas etárias que estejam causa, como por exemplo brinquedos, barras de ginástica, pinturas de jogos no pavimento, tabelas de basquete, balizas, pistas de corrida, mesas de matraquilhos ou de ténis de mesa. Alguns destes espaços ao ar livre devem estar protegidos com telheiros ou telas de sombreamento e proteção à chuva. O objetivo é estimular o convívio saudável entre os alunos e a atividade física, preferencialmente ao ar livre, mesmo em dias de chuva ou de maior intensidade solar.

Deverão existir espaços variados para o estudo e trabalhos de grupo, quer no interior quer no exterior do edifício, em locais protegidos com telheiros. Deverão estar previstos espaços destinados à gestão dos próprios alunos, tais como Associação de Estudantes, jornal, rádio escolar, clubes vários, zonas de cacifos, etc. Devem ser previstas salas de convívio de dimensão adequada à população escolar, confortáveis, para futuro equipamento com mobiliário informal (sofás, pufs e mesas de centro).

A Escola deve fomentar a requisição de livros e outros materiais didáticos, a investigação e o uso dos equipamentos tecnológicos e artísticos por parte dos seus alunos.

A Escola deve incentivar os alunos à aquisição de novos conhecimentos e competências, responsabilidade, cumprimento de objetivos, trabalho em grupo, prática desportiva, alimentação saudável, participação cívica, tolerância perante a diferença, solidariedade e interajuda, espírito crítico e troca de opiniões, bem como à participação ativa na vida escolar.

Eficiência energética e preocupações ambientais

O projeto de requalificação e modernização da Escola, deverá cumprir as disposições em vigor em matéria de eficiência energética, promover a utilização de energias renováveis para autoconsumo, promover a redução de custos de consumo de energia e de combustíveis, prevendo:

- A utilização e/ou substituição de janelas energeticamente não eficientes por janelas de classe energética igual a “A+”.
- A aplicação ou substituição de isolamento térmico em coberturas, paredes ou pavimentos, recorrendo a materiais de base natural (eco materiais) ou que incorporem materiais reciclados, bem como a substituição de portas de entrada.
- A utilização de sistemas de aquecimento e arrefecimento do ambiente e de águas quentes sanitárias (AQS) que recorram a energia renovável, de classe energética “A+” ou superior.

- A instalação de painéis fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia renovável para autoconsumo com ou sem armazenamento.
- Intervenções que visem a eficiência hídrica por via da substituição de dispositivos de uso de água no equipamento por outros mais eficientes, por instalação de soluções que permitam a monitorização e controlo inteligente de consumos de água ou por instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.
- Intervenções para incorporação de soluções de arquitetura bioclimática, que envolvam a instalação ou adaptação de elementos fixos do edifício, designadamente sombreamentos, estufas e coberturas ou fachadas verdes, privilegiando soluções de base natural.

3. ENQUADRAMENTO

A Escola Básica e Secundária Manuel da Maia localiza-se a poente do bairro de Campo de Ourique, rematando a sua malha ortogonal características do respetivo espaço urbano, no encontro da Rua Sampaio Bruno com a Freitas Gazul, num lote de um antigo depósito municipal (com aproximadamente 9.764,00m²), desenvolvido em dois níveis de terreno separados por um talude em escarpa, limite natural do recreio face à topografia do lote, responsável também pela implantação da extremidade norte do edifício à cota do estacionamento da EMEL e da Piscina Municipal de Campo, acessíveis por uma ramificação da Rua Correia Teles e outra da Maria Pia.

Para desenvolvimento do presente Programa Preliminar, à área do lote escolar inicial retirou-se uma faixa de terreno a sul para eventual ligação futura através de escadas entre a Praceta da entrada de serviço na Rua Freitas Gazul e a Rua Francisco Lacerda na base do talude. E acrescentou-se um terreno com aproximadamente 2.937,00m², entre esta via e a piscina municipal de Campo de Ourique, que se estende desde a cota do recreio escolar, prevendo-se que a mesma se prolongue sobre a cobertura do novo edifício do gimnodesportivo e sirva de acesso a outras funções desenvolvidas.

Atualmente, a Escola em estudo representa a sede do agrupamento de escolas localizadas nas Freguesias de Campo de Ourique e Estrela, fazendo parte do conjunto:

- Escola Básica de 2.º e 3.º ciclo Manuel da Maia (sede);
- Escola Básica de 1.º ciclo com Jardim de Infância Santo Condestável (a funcionar em instalações provisórias)
- Escola Básica de 1.º ciclo com Jardim de Infância Fernanda de Castro.

Por se tratar de um edifício de época, está identificada na Carta Municipal do Património com o número 35.21, classificação determinante para as condicionantes a considerar no desenvolvimento da proposta.

3.1 Localização e limites

A Escola Básica e Secundária Manuel da Maia está localizada na freguesia de Campo de Ourique, no N.º 6 da Rua Freitas Gazul, uma descendente da Sampaio e Bruno, cujas traseiras residenciais de ambas constituem os seus limites nascente e sul, este último interrompido por duas pracetas de estacionamento que dão acesso às entradas principal e de serviço.

A poente, a escarpa rochosa limita naturalmente o recreio e estende-se até à base de nível acessível através da Rua Correia Teles, onde se localiza o estacionamento da EMEL, a piscina municipal de Campo de Ourique e a implantação

do volume norte do edificado (construção de quatro pisos - atualmente cedida à AMA - Academia Mundo das Artes, adossado à caixa de escadas) com algum espaço verde adjacente.

Apresenta-se de seguida uma imagem aérea do lote escolar existente com os seus três acessos identificados para uma melhor compreensão do exposto.



Figura 1 - Imagem aérea com marcação de perímetro atual do lote escolar e respetivos acessos (Imagem: Google Earth)

A praça de estacionamento de acesso à entrada principal caracteriza-se por um espaço amplo entre fachadas residenciais, arborizado numa área extensa de passeio a norte com algumas zonas de estar, resultando num espaço urbano agradável de espera, visualmente contínuo com o interior da Escola através do gradeamento folgado em ferro forjado implantado num pequeno murete, junto ao qual existem alguns lugares de bicicletas.



Figura 2 - Perspetiva da entrada principal na Escola desde a praça na confluência da R. Freitas Gazul com a R. Sampaio e Bruno (Fonte: Google Maps)



Figura 3 e 4 - Perspetiva do muro da entrada principal da Escola com vedação com estacionamento para bicicletas e zona de estar em torno da árvore de grande porte

A praçeta de acesso à entrada de serviço apresenta características bem diferentes, de beco, resultado do muro limite do lote escolar com pinturas em toda a sua extensão que ao integrarem o portão duplo de acesso exercem uma camuflagem do mesmo. A circulação viária é efetuada em torno de uma ilha arborizada com estacionamento em espinha, com desnível altimétrico considerável entre percurso de retorno à Rua Freitas Gazul.



Figura 5 e 6 - Perspetivas da via de acesso de nível à entrada de serviço da Escola na praçeta de estacionamento da Rua Freitas Gazul;

3.2 Nota Histórica e Antecedentes

“Uma leitura de natureza histórica do equipamento onde se encontra instalada a Escola Básica Manuel da Maia, Lisboa, na R. Freitas Gazul, 6 (antes de ter as suas instalações funcionou nas instalações da Escola Industrial Machado de Castro), tem o quadro geral de incidência, na reforma do ensino técnico profissional de 1947 e no programa associado de construções e melhoramentos de edifícios escolares.



Figura 7 - Imagem do início da construção da Escola

O valor patrimonial do imóvel parece-me evidente, por este facto, também pela memória da instituição ao serviço da comunidade na educação, formação e ensino de várias gerações de cidadãos, e pelo corpo físico que emerge da malha urbana: o recorte da composição do equipamento virado para a Rua Freitas Gazúl (fachada principal) - corpo administrativo integrado no corpo A (aulas) e O (oficinas) / alçado sul, e o corpo G (ginástica) / alçado norte - apresenta uma volumetria generosa em harmonia com esta rua, dando a ilusão de ocultação do restante corpo A/O, o qual, apresentando um volume poderoso, permite contemplar com as suas vistas desafogadas o Vale de Alcântara e a imponente mancha verde da Serra de Monsanto.

A Escola Manuel da Maia constitui-se, assim, como parte integrante de um legado patrimonial, cultural e social que importa preservar para salvaguarda de memória e identidade, o que me induz à sugestão de numa obra de requalificação do imóvel, orientada para adaptação às exigências funcionais de uma escola capaz de responder aos novos desafios geracionais, seja feita uma abordagem personalizada consistente com a problemática reabilitar entre a tradição e uma nova identidade escolar.

Da reforma do ensino técnico (ensino profissional, industrial e comercial) – Lei n.º 2025 de 19 de junho de 1947 e outra legislação consequente –, e seguindo a mesma linha de exposição utilizada em parecer de história elaborado para a Escola Básica e Secundária Luís António Verney, citemos Rómulo de Carvalho: Foi durante a permanência de Pires de Lima na pasta da Educação Nacional que o Governo da Ditadura prestou a sua maior atenção ao Ensino Técnico, cujo estudo fora iniciado alguns anos atrás com o ministro Mário Figueiredo. A reforma do ensino técnico profissional, industrial e comercial, data de 19 de junho de 1947, e nela se estabelecem dois graus para esse tipo de ensino: um 1.º grau constituído por um ciclo preparatório elementar e de pré-aprendizagem geral, com a duração de dois anos, e um 2.º grau constituído por cursos de aprendizado, de formação e de aperfeiçoamento profissionais, com a duração máxima de quatro anos. Com a introdução do ciclo preparatório pretendeu-se evitar a transição imediata dos pequenos estudantes, vindos da instrução primária, para os cursos profissionais, dando-lhes assim mais tempo a uma conveniente adaptação ao novo ambiente. As escolas eram de diversa índole: técnicas elementares, industriais, comerciais e,

conjuntamente, industriais e comerciais. Para a execução da reforma deu-se grande incremento à construção dos respetivos edifícios escolares, que foram implantados pouco a pouco, em grande número, por todo o país.

A filosofia educativa que está na génese desta reforma é apresentada com clareza na Base XXII da citada Lei n.º 2025, onde se determina que além dos fins específicos que lhe são atribuídos pela presente lei, cumpre a todas as escolas, em colaboração com a família, a Mocidade Portuguesa e as demais instituições educativas, promover a integração espiritual dos alunos no sentido cristão da vida e nos superiores objetivos da Nação Portuguesa; despertar nos mesmos a consciência da dignidade e do valor do trabalho, como primeiro dever social; suscitar o seu amor pela carreira escolhida e pela obra perfeitamente acabada; cultivar o sentimento da beleza e favorecer o gosto da iniciativa e da responsabilidade, a firmeza do carácter e a fortaleza da vontade.

Pretendia-se, sobretudo, com esta Reforma obstar às deficiências estruturais de um sistema escolar incapaz de responder à chamada do progresso económico, social e técnico, em marcha numa Europa em reconstrução, e sentidas por uma indústria portuguesa que procurava tornar-se mais competitiva no contexto duma crescente internacionalização da economia mundial (a par da pressão dos aliados para abertura da nossa economia ao comércio e investimento estrangeiro). Nela é parte fundamental a execução de um programa que procura precisamente desenvolver um ensino relacionado com as profissões associadas à industrialização do país, orientado por conseguinte para dois objetivos: o aperfeiçoamento do ensino através da reorganização das escolas existentes; o desenvolvimento do ensino, pela criação de novas escolas, e dessa forma estender os benefícios a localidades por ele, até agora não servidas. Todavia, a grande inovação talvez seja a introdução do ciclo preparatório do ensino técnico, a que Rómulo de Carvalho alude na citação atrás transcrita e onde se indica a utilidade desta medida.

Atentemos, por seu lado, no programa de construções e melhoramentos de escolas que resulta da reforma, assinado em 25 de agosto de 1948 pelos ministros, das Finanças, das Obras Públicas e da Educação Nacional: Decreto-Lei n.º 37028. A Escola Básica Manuel da Maia integra precisamente este programa de construção de edifícios para o ensino técnico e preparatório, e segue o determinado pelo normativo para as instalações escolares do ensino técnico profissional, concebido à época, e o respetivo anteprojecto tipo de 1947 (MOP/Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário – JCETS). Na memória descritiva e justificativa do equipamento pode ler-se que o projecto satisfaz o programa geral seguido noutras escolas da mesma tipologia, já em funcionamento (Escolas Eugénio dos Santos em Alvalade e Nuno Gonçalves na Avenida General Roçadas), porém, faz-se a ressalva que o terreno pela sua forma e situação impôs desde logo um partido de planta diferente do adotado nas outras escolas. Ou seja, o do desenho da distribuição das instalações por três corpos distintos - o das aulas, o da educação física e o das oficinas; esta especialização dos espaços resultara, é claro, de um ensino com características de pré-aprendizagem geral, orientada para a profissão, que se pretendia implementar com a introdução do ciclo preparatório (de dois anos). O principal objetivo era dar ao aluno uma formação geral de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico-Naturais, Matemática, Desenho, Religião e Moral, Educação Física e Canto Coral, e os Trabalhos Manuais.

O conjunto de edifícios da Escola Técnica Elementar Manuel da Maia teve projecto (de 1956), precedido de anteprojecto (1955), da JCETS, tendo sido encarregue da tarefa o arquiteto António José Pedroso; a obra encontrava-se concluída em 1962.”

(Nota Histórica e Antecedentes por Carlos Frederico Martins Mendes da CML/ DE/ DRE)

3.2 Análise do Edificado

De autoria do arquiteto António José Pedroso, o edifício foi projetado em 1956 para Escola Técnica Elementar exclusiva à frequência masculina, no âmbito do programa do Estado Novo, para preparação de mão de obra qualificada nos anos 50/60, tendo sido inaugurada em 1962.

Com uma estrutura reticulada em betão armado, sobre sapatas diretas fundadas em leito rochoso e ligadas entre si por vigas de fundação, a construção é composta por três blocos designados no projeto original, por Bloco A (aulas), Bloco G (ginásio) e C (galeria coberta de ligação entre ambos) implantados paralelamente às frentes residenciais das Ruas Sampaio Bruno e Freitas Gazul que respeitando as respetivas cérceas, ficam apenas visíveis nos intervalos das pracetas de estacionamento - acessos de nível às respetivas entradas principal e de serviço, complementados por outros dois a norte através de ramificações da Rua Correia Teles, designadamente: no edifício de quatro pisos à cota do parque de estacionamento da EMEL / Piscina de Campo de Ourique, e no final do percurso em calçada ao longo da construção de ateliers através de um pequeno portão direto para junto do posto de limpeza da Junta de Freguesia de Campo de Ourique acessível através de portão no N.º 101A.

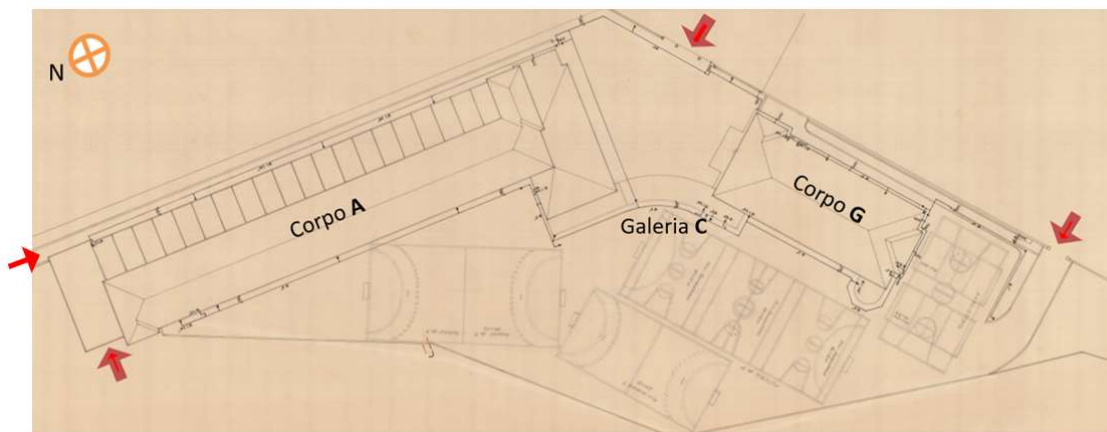


Figura 8 - Imagem do desenho da planta de coberturas da Escola com acessos assinalados

A imagem camuflada ao nível do bairro é bastante diferente para quem observa a Escola de poente, onde a sua extensa implantação de volumes no topo do talude, com fortes características de um edifício de Estado Novo se destaca na paisagem e sobre vale de Alcântara, para o qual a orientação é determinante na vista panorâmica a poente, desde o Rio Tejo a Monsanto, etc.

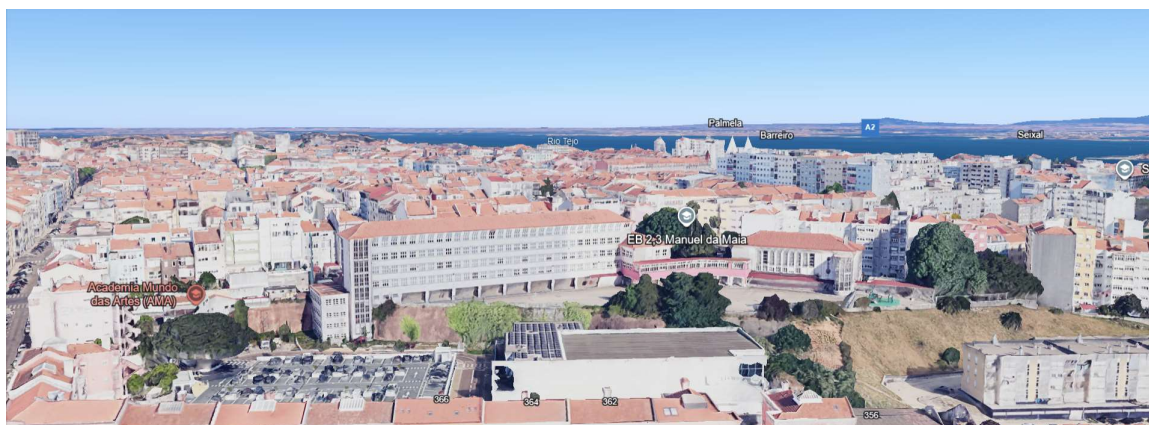


Figura 9 - Perspetiva aérea do alçado poente da Escola, com a Piscina de Campo de Ourique e estacionamento da EMEL (Imagem retirada da Google Earth)

estar acolhedora, com traços da arquitetura modernista da época, designadamente a pedra rustica aplicada nos embasamentos, na zona envolvente das entradas e nas guarnições de vãos, palas sobre alguns vãos, entre outros.



Figura 12, 13 e 14 – Edifício do Ginásio (G), galeria coberta de ligação entre Blocos (C) e edifício de Aulas (A) antecedido por busto de Manuel da Maia;

Corpo A

Esta construção correspondente ao bloco de salas de aula com um corpo de ateliers adossado à base a nascente, é a mais extensa e volumosa de todo o conjunto com quatro pisos e um sótão, estruturados sobre o eixo norte – sul, iniciado num volume de dois pisos junto à entrada principal (secretaria, administração etc) e rematado na extremidade norte por outro edifício de quatro pisos à cota da via de acesso à piscina (Academia Mundo das Artes e o terceiro acesso ao lote) assumindo em simultâneo no alçado conjunto uma imagem de contrafortes.



Figura 15 – Perspetiva da fachada poente do Corpo A – Salas de Aulas

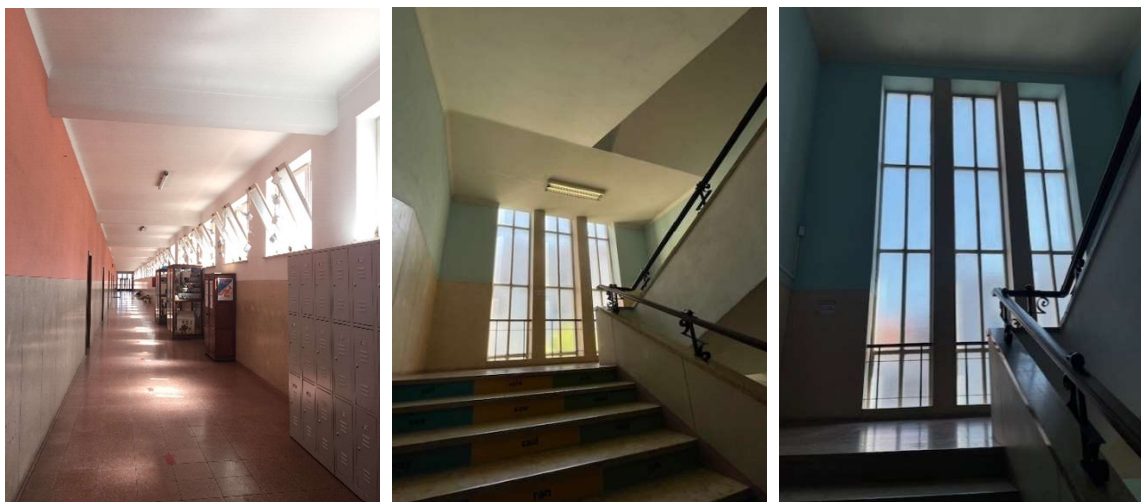


Figuras 16 e 17 - Bloco A de aulas com dois pisos e perspetiva do interior- átrio principal



Figura 18, 19 e 20 - Perspetivas da extremidade norte da Escola e parte do seu alçado principal desde a via entre o parque de estacionamento da EMEL e a Piscina

Junto aos remates da construção referidos anteriormente, dois outros volumes verticais de amplas caixas de escadas e de luz natural contrapõem no exterior a massiva horizontalidade da construção, e desempenham interiormente uma espacialidade de circulações impactantes e singulares em toda a Escola, reforçada ao longo dos amplos corredores de acesso às salas de aula a poente com uma luz e ventilação natural servindo em alguns pisos para zonas de exposição, distribuí os acessos às salas de aula a poente cuja vista panorâmica desde o rio Tejo a Monsanto etc. assume uma forte presença nos espaços.



Figuras 21, 22 e 23 - Perspetivas do corredor de acesso às salas de aulas e caixa de escadas sul

Na base da construção, o vazio de um recreio coberto distribuí acessos à bateria de ateliers (antigas oficinas) a nascente, que com os lanternins tipo “SHED” orientados a norte proporcionam uma iluminação zenital adequada para a área artística que se mantém até hoje em parte das instalações. No exterior, e junto ao muro limite do lote, um percurso estreito em calçada de vidro acompanhado por uma zona verde a uma cota superior, desenharam a ligação entre extremos norte e sul do Bloco A (entrada principal, atualmente vedado), pouco utilizada.



Figuras 24, 25 e 26 – Pormenor do padrão de fachada reticulada com recreio coberto na base, e perspetivas do interior e exterior dos ateliers com cobertura SHEDS, com o percurso de ligação entre extremidades do lote

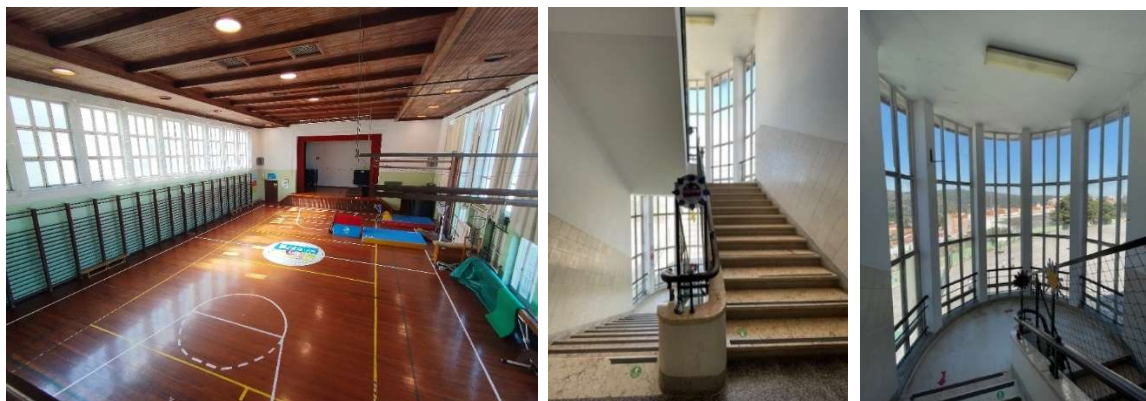
Corpo G

Implantado sobre o eixo nordeste – sudoeste, com acessos diretos à entrada principal e de serviço da Escola, a cotas diferentes face ao desnível do terreno, este volume foi estrategicamente posicionado para ser acessível e partilhado com a comunidade, estando a sua imagem poente caracterizada por um varandim sobre o recreio, típico da linguagem arquitetónica nacionalista da época e por um volume cilíndrico de caixas de escadas transparente de resolução de esquina particular naquele ponto do edifício.



Figuras 27 e 28 – Perspetivas desde o recreio para o Ginásio (Corpo G) com a ligação à galeria coberta (Corpo C) e caixa de escadas do edifício na extremidade oposta, perto da entrada de serviço (imagem do Ginásio desde a (imagem retirada do site da Escola)

No piso 0, a alguns degraus cima da cota de entrada no lote escolar, funciona o ginásio / salão de festas de considerável pé-direito, caixa de palco, balcão, áreas de apoio, etc.



Figuras 29, 30 e 31 – Perspetivas do interior do Ginásio, e da caixa de escadas do respetivo edifício com vista panorâmica

No piso inferior, sensivelmente à cota do recreio e da entrada de serviço no lote, localiza-se a cozinha, refeitório, bar, vestiários, balneários, instalações sanitárias. A ligação visual com o recreio está presente em todos os espaços orientados a poente, sendo a presença da paisagem de Monsanto marcante na circulação da figurativa caixa de escadas.



Figuras 32, 33 e 34 - Perspetivas do interior do Refeitório, Cozinha e Balneários

Ao nível dos alçados sudoeste e sudeste, junto à entrada de serviço (obstruída face à instalação de monoblocos) e ao longo do limite do lote com um percurso em corredor adjacente até à entrada principal, o edifício apresenta um desenho de fachadas de vãos menores, maioritariamente localizados junto aos tetos no interior da construção, iluminando francamente os espaços (ginásio atual e balneários) sem o contacto visual direto com o exterior.



Figuras 35, 36 e 37 – Perspetivas dos alçados sudoeste e sudeste

Galeria coberta C

Crucial para a delimitação do espaço de receção na entrada principal do lote e da sua configuração em pequena praça de escala humana, esta construção de dois pisos sobre planta arqueada e cobertura plana sobressai no conjunto com uma linguagem modernista, traduzida na torção dos eixos de implantação dos dois edifícios que compõem a Escola ligando ambos ao nível do piso 0 com uma transparência singular que permitiria aos seus utilizadores a visualização em simultâneo da entrada e do recreio (não fossem os vidros aramados no alçado principal), junto ao qual é vazada permitindo passagem coberta entre blocos àquela cota



Figuras 38, 39 e 40 - Perspetivas da galeria coberta desde a entrada principal da Escola, do interior e no recreio

4. SITUAÇÃO EXISTENTE E ESTADOS DE CONSERVAÇÃO



Figura 41 - Imagem aérea do Ortofotomapa de Lisboa

4.1 Áreas Aproximadas

• Área Total de Intervenção	12.528,11m ²
• Área de Implantação do Edifício Escolar	2.910,36m ²
• Área Permeável	3.677,01m ²
• Área Impermeável	6.154,19m ²
• Área Bruta de Construção do Edifício Escolar	10.800,00m ²

4.2 Edificado

Em termos formais o edifício está inalterado ao nível exterior, sendo apenas a cor a protagonista da alteração da sua imagem de origem no alçado poente, com a pintura da galeria em rosa forte. No interior algumas modificações foram acontecendo ao longo do tempo, com a compartimentação e junção de espaços, para resposta às necessidades da

Escola, encontrando-se as **infraestruturas**, de um modo geral, sob dimensionadas para as atividades atuais, sendo por isso necessário proceder-se à respetiva substituição integral, de acordo com a legislação em vigor.

Independentemente de não existir estudo sobre a qualidade do ar, considera-se importante assegurar a referida renovação eficiente de acordo com as atividades desenvolvidas em cada espaço, considerando localizações existentes e novas, privilegiando sempre a ventilação natural, com especial atenção a cozinhas, bares, despensas interiores, reprografias, arquivos, sala de apoio e preparação a físico-química (instalação de frigorífico para armazenamento de reagentes).

Embora o lote tenha os respetivos acessos de nível garantidos desde as respetivas entradas principal e de serviço, as condições de **acessibilidade** a partir da primeira até aos edifícios de Aulas e de Ginásio, está dificultada por alguns degraus, devendo esta barreira ser resolvida com a proposta menos evasiva possível no que diz respeito à adulteração da imagem do espaço em causa. A esta situação, acresce a necessidade de instalações sanitárias adequadas e regulamentares sempre que necessário.

Ao nível da **segurança** na construção, existem alguns aspetos preocupantes ao nível da altura das guardas metálicas nos corrimãos das escadas dos átrios principais, de origem e com desenho a preservar, mas sem cumprimento regulamentar na altura e no afastamento entre prumos, devendo qualquer solução a propor ser o menos evasiva possível.

A **sinalização** existente dentro do recinto é do modo geral deficitária, carecendo de um sistema de leitura fácil de modo a proporcionar aos utentes e especialmente aos visitantes um atendimento mais célere e um encaminhamento facilitador da circulação nas instalações.

4.3 Arranjos Exteriores

Os arranjos exteriores existentes no lote limitam-se a pavimentos em calçada de cubos de vidro e betuminoso, na entrada principal entre canteiros com algumas árvores de grande porte, no recreio, e no percurso a nascente entre o limite do lote e o bloco das antigas oficinas, onde se estende uma zona verde acima do nível estreito de circulação em calçada.



Figuras 42, 43 e 44 – Entrada principal com arranjos exteriores, recreio coberto com calçada de vidro e betuminoso e limite nascente do lote, junto às antigas oficinas

4.4 Caracterização da População Escolar (Ano Letivo 2023/2024)

No ano letivo de 2023/24 verificou-se que a população escolar totalizava 391 alunos (21 crianças no ensino pré-escolar; 78 alunos nas 4 salas da EB1; 111 nas 6 turmas do 2º ciclo e 197 nas 10 turmas do 3º ciclo), na sua maioria pertencentes às freguesias de Campo de Ourique e da Estrela, sendo os restantes de outras zonas de Lisboa e da periferia.

LISBOA - CENTRO RIBEIRINHO - N.º de ALUNOS / TURMAS por Ano de Escolaridade - 2.º e 3.º CEB e ENSINO SECUNDÁRIO

					2º CEB						3º CEB							TOTAL DISTRITO de LISBOA				
Agrupamento	Código	Estabelecimento de Ensino	Código	ALs/Tur	5º ano		6º ano		PIEF	Total 2º C	7º ano		8º ano		9º ano		CEF			Total 3º C		
					Geral	Artístico	Geral	Artístico			Geral	Artístico	Geral	Artístico	T2 (1º ano)	T2 (2º ano)	T3		PIEF			
Manuel da Maia	171724	EB23 Manuel da Maia		Alunos	61		50			111	76		64		57					197	80€	
				Turmas	3		3			6	4		3		3						10	3t
				Alunos com NEE	3		4			7	7		8		4							19

Figura 45 – Quadro de número de alunos / turma / escolaridade

Deste número, cerca de 32 crianças reuniam necessidades educativas especiais o que levou à criação de turmas com número reduzido de 20 alunos nos vários anos escolares.

O corpo docente era constituído por 1 educador para o ensino pré-escolar; 4 professores para o 1º ciclo; 14 professores para o 2º ciclo; 29 para o 3º ciclo; 2 para a educação especial; além de 2 técnicos superiores; 1 coordenador técnico; 4 assistentes técnicas e 16 assistentes operacionais.

5. ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial

O instrumento de gestão territorial a considerar é o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDML).

As condicionantes que se apresentam de seguida não dispensam a consulta do ANEXO na secção respetiva e da legislação em vigor.

5.2 Qualificação do Espaço Urbano

- Espaços Centrais e Habitacionais - Traçado Urbano B Consolidados (Artigos 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 88.º e 89.º do RPDML);
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos Consolidados (Artigos 37.º, 38.º, 39.º, 54.º, 88.º e 89.º do RPDML);
- Logradouros - ART_RPDM: Artigos 26º, 50º Anexo III;
- Unidade operativa de planeamento e gestão – UOPG 08 – Campo de Ourique / Santos (Artigos 46.º, 80º e 81º do RPDML);
- Consta na lista de bens da carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico - 35.21 - ART_RPDM: Artigos 26º, 27º, 28º, 29º, 30º Anexo III;
- Zonamento acústico – Zona Mista (Artigo 21º do RPDML)

5.3 Exposição Solar

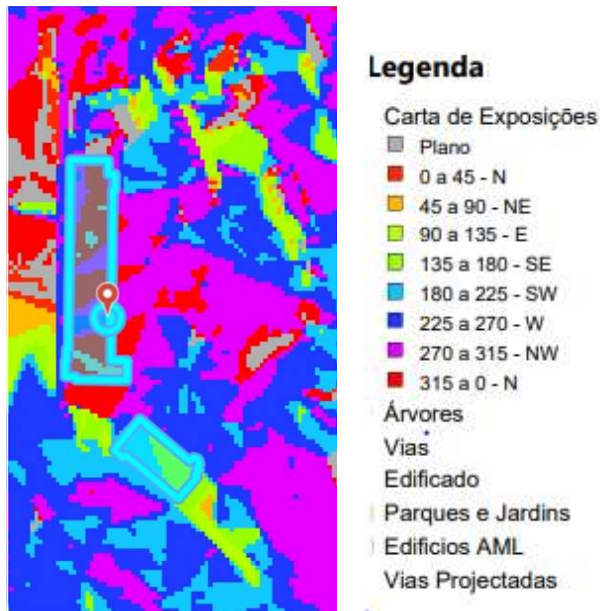


Figura 46 - Carta de Exposições Solares (web-sig.cm-lisboa.pt)

5.4 Carta de Ruído Global – Período Diurno e Entardecer Noturno

Ruído Global Diurno (dB).	Nível LDEN:	45 < Ld <= 65
	Nível LDEN:	65 < Ld <= 70
Ruído Global Noturno (dB).	Nível LDEN:	55 < Ld <= 60

5.5 Planta de ordenamento – Estrutura ecológica municipal:

Sem resultados

5.6 Planta de Ordenamento - Planta de Riscos Naturais e Antrópicos I

Sem resultado

5.7 Planta de Ordenamento - Planta de Riscos Naturais e Antrópicos II

Vulnerabilidade Sísmica dos Solos – Baixa (Artigos 4.º e 24.º do RPDML).

5.8 Planta de Ordenamento - Condicionantes de infraestruturas

Sem resultados

5.9 Planta de Ordenamento Acessibilidade e Transportes

Sem resultados

5.10 Planta de ordenamento – Sistema de Vistas:

Todas as intervenções urbanísticas localizadas nas áreas abrangidas pelo subsistema de ângulos de visão, de pontos de vista dominantes e cumeadas principais devem ser avaliadas localmente a partir da planta do sistema de vistas do PDM

5.11 Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I/II

Aeroporto Humberto Delgado – Canais Operacionais – Sector 381 - Sujeito a parecer da ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil, se cota máxima absoluta de construção for \geq 164 m.

5.12 Área de Reabilitação Urbana

Área de Reabilitação Urbana de Lisboa (ARU) com Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) em vigor - Aviso n.º 8391/2015, Diário da República n.º 148/2015, 2ª Série, de 31 de julho.

5.13 Vulnerabilidade Sísmica

A “Avaliação da Vulnerabilidade Sísmica dos Edifícios Principais das Escolas do Município de Lisboa”, elaborado pelo LNEC considera que o comportamento do edifício em estudo Bloco A (aulas), fundado em solo do tipo H, com estrutura mista de alvenaria/betão, relativamente aos níveis e objetivos de desempenho sísmico **é globalmente insatisfatório**.

5.14 Condições gerais a que deve obedecer a Operação Urbanística

As operações urbanísticas regem-se pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), pelo Regulamento Geral da Edificações Urbanas (RGEU – Decreto-Lei n.º 38382/51, de 07 de agosto), pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU – Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação), pelo Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), pelo Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL – Aviso n.º 1229/2009, publicado no Diário da República n.º 8, 2.ª série, de 13 de janeiro, alterado e republicado pelo Aviso n.º 16520/2021, publicado no Diário da República n.º 169, 2.ª série, de 31 de agosto) e demais legislação geral e municipal aplicável na redação em vigor, entre os quais, os seguintes diplomas:

- Elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Portaria n.º 71 - A/2024, de 27 de fevereiro;
- Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra – Lei n.º 31/2009, de 28 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;
- Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais – Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na redação atual;
- Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios – Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro;
- Regulamento de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Lisboa – Aviso n.º 20811-B/2019, publicado no Diário da República n.º 251, 2ª série, de 31 de dezembro;
- Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu Desempenho Energético e Sistema de Certificação Energética – Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro;
- Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios – Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, na redação atual;
- Regime aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas – Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho e Portarias e Despachos que o regulamentam;
- Regime jurídico de gestão do arvoredo urbano – Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto;

- Regulamento de Construção dos Parques de Estacionamento do Município de Lisboa – Deliberação da Assembleia Municipal n.º 41/AM/2004, publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 535, de 20 de maio de 2004.

5.15 Emissão de Pareceres

Face aos instrumentos de gestão territorial aplicáveis à área onde se insere a Escola, a respetiva operação urbanística de reabilitação implica a necessária consulta às seguintes entidades, internas e externas:

- **DMU** (Direção Municipal de Urbanismo / Departamento de Licenciamento de Projetos Estruturantes / Divisão de Projetos de Edifícios) – Parecer Prévio, no âmbito do disposto na alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7º do RJUE D.L 555/99 de 16 de dezembro, na redação em vigor;
- **DMU** (Direção Municipal de Urbanismo / Departamento de Espaço Público / Divisão de Estudos Urbanos) – Parecer Prévio;
- **DMM** (Direção Municipal de Mobilidade / Departamento de Gestão da Mobilidade / Divisão de Estudos e Planeamento de Mobilidade) - No que respeita à compatibilização dos acessos da escola com o espaço público;
- **DEP** (Direção Municipal de Urbanismo / Departamento de Espaço Público / Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público e Divisão de Controlo de Intervenções em Espaço Público) - No que respeita à compatibilização do equipamento com o espaço público;
- **DMAEVCE** (Direção Municipal de Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia / Departamento de Estrutura Verde / Divisão de Projeto e Construção da Estrutura Verde) - No que diz respeito à compatibilização do equipamento com o espaço público e Parque Florestal do Monsanto;
- **DIP** (Direção Municipal de Manutenção e Conservação / Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas / Divisão de Iluminação Pública) - No que respeita à compatibilização do equipamento com o espaço público;
- **DS** (Direção Municipal de Manutenção e Conservação / Departamento de Saneamento) No que diz respeito à compatibilização do equipamento com a rede de saneamento pública.
- **ECR** (Estrutura Consultiva Residente da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico – DMU/CML) INF nº 22949/INF/ECR_CMP/GESTURBE/2023; Processo nº 2895/EXP/2023 em anexo.

6. CONDICIONANTES

Considerando a referência da Escola na Carta Municipal de Património Municipal e Paisagístico e o parecer da Estrutura Consultiva Residente da Autarquia, de um modo geral a proposta deverá valorizar e preservar o estilo arquitetónico nacionalista e modernista do equipamento, recuperando através da sua reabilitação, a imagem e memória da época original do projeto, cuja devolução à cidade na íntegra dignificará a intervenção que se pretende.

Transcreve-se de seguida parte do parecer da ECR, seguida de outros pontos a considerar:

“...9. Nestas circunstâncias, considera-se que, sob o ponto de vista dos interesses e demais valores patrimoniais em presença, o Programa Preliminar deverá fundamentar-se no disposto nos Artigos 26.º a 29.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDML), em vigor, privilegiando a conservação e o restauro dos elementos pré-existentes. (...)”

“...Valores Patrimoniais a salvaguardar: O presente edifício caracteriza-se pela modernidade, funcionalismo e ordem, enquadrado pela linguagem do nacionalismo vigente à época, tendo-se optado por soluções de economia e aproveitamento do espaço cuja organização e distribuição internas privilegiam a abertura e a distribuição no espaço disponível, assim como a racionalização e higienização dos espaços interiores conseguida pela forte iluminação natural dos espaços, condições estabelecidas nas indicações dos estudos de normalização referidos anteriormente.

Trata-se de um objecto arquitectónico com valor patrimonial relevante que, sem prejuízo das necessárias melhorias para actualização programática e regulamentar, deveria manter as características construtivas, arquitectónicas e decorativas inerentes à origem do edifício que o integram no panorama da arquitectura modernista de linguagem nacionalista da arquitectura do Estado Novo.

As alterações a efectuar devem manter o “espírito da época” e ter em consideração o objecto arquitectónico em presença. A intervenção deverá considerar a preservação patrimonial, a requalificação dos edifícios, assim como a sua adequação, actualização e reorganização optimizada dos espaços existentes, tomando como princípio básico a concertação da preservação do poder simbólico das antigas escolas elementares, do seu valor intrínseco e de memória, com os programas actuais, sendo essencial preservar o seguinte:

- A manutenção das diferentes volumetrias com as respectivas características morfológicas;*
- A morfologia e o sistema de coberturas diferenciadas, de quatro águas, planas e em Shed;*
- Nas fachadas a sua composição, incluindo ritmos regulares de fenestração diferenciados entre as diferentes fachadas, verticalizada nas zonas das caixas de escadas, mais horizontalizadas e de maiores dimensões nas fachadas a tardoz, viradas sobre o recreio, monumentalizadas e enquadradas por elementos revestidos a cantaria, assim como o remate de todo o edifício com cimalha e beirados; os dois pórticos de entrada com todos os seus elementos constituintes, molduras, lanços de escadas de acesso, pala; o soco em cantaria que percorre todo o edifício; Na fachada tardoz a manutenção da solução da galeria de circulação, na medida em que a mesma constitui uma peça arquitectónica que de alguma forma se distancia da linguagem nacionalista do conjunto, remetendo-nos para uma linguagem de cariz mais modernista. Ao nível de caixilharias deveria ser equacionada a manutenção dos modelos de origem e considerar a sua reposição quando a mesma tiver sido substituída, com uma atenção especial na zona das escadas, com vidro em estrutura de betão armado, a manutenção do número de folhas e dos sistemas de abertura.*
- No interior, em todos os volumes, o essencial da espacialidade incluindo as zonas de circulação, horizontais e verticais, com os amplos corredores com iluminação unilateral, os núcleos de*

escadas com todos os seus elementos e materialidade, cantarias de revestimento, guardas com elementos em ferro forjado e madeira exótica; no ginásio importa preservar o essencial da ambiência original, incluindo o tecto em madeira exótica; deverá ser equacionada a manutenção do essencial dos revestimentos interiores à base de marmorite, para pavimentos e lambris. Ao nível de vãos interiores deverá ser mantido o desenho, materialidade e acabamento de guarda ventos (em madeira e vidro), portas (em madeira com marcação de almofadas) e guarnições.

- *É igualmente importante manter no espaço escolar as peças artísticas/decorativas existentes: dois altos-relevos, aparentemente em gesso pintado (um de José Farinha5, datado de 1945 e outro de 1957, de autoria desconhecida), enquadrados na estética e forma do vulgarmente designado por “entalados”, uma escultura feminina e o busto de Manuel da Maia.*

- *Relativamente ao acervo de mobiliário e equipamento escolar de época, que abarca, estantes, vitrinas expositivas, cadeiras, secretárias, cadeirões, bancos, cabides, espaldares e barras, julgamos que para além da sua importância para a história do design do mobiliário em Portugal, a sua manutenção contribuiria para a preservação da identidade da escola.*

- Os acessos a abastecimento da cozinha e saída de lixos deverão ser separados entre si e de preferência separado do circuito de crianças, de modo a garantir-se a sua separação total, assegurando as respetivas condições máximas de segurança e de higiene;
- A substituição integral de todas as infraestruturas técnicas existentes para resposta às necessidades atuais, em conjunto com o reforço estrutural face ao resultado da Avaliação da Vulnerabilidade Sísmica, não deverá alterar as características patrimoniais do edificado;
- Desenvolvimento de solução construtiva para um Pavilhão Desportivo (com as respetivas valências, e outra(s) áreas que se justifiquem para o bom funcionamento da Escola) no terreno a poente do lote junto à piscina municipal garantindo uma cobertura de nível com o recreio para facilidade de acessos, e de acordo com as recomendações da Carta Desportiva, prevendo na mesma a instalação de campos de jogos com desenhos no pavimento, potencializando a prática e diversificação das atividades, considerando ainda para o efeito a área de recreio existente. Face à possibilidade do Gimnodesportivo poder vir a funcionar para a comunidade em horário extraescolar, a proposta deverá garantir o(s) acesso(s) na base do talude e/ou através da R. Francisco Lacerda, ligado(s) ao sistema viário existente, dentro da área de intervenção (ver o ANEXO I.D. - levantamento topográfico 2D com área de terreno junto à piscina municipal e linha orientadora na continuidade da respetiva fachada para referência de limite do novo edifício).
- A comunicação entre a nova construção e os edifícios existentes deverá ser assegurada por percurso coberto através do recreio de modo a permitir a passagem entre blocos em dias de chuva;
- Deverá ser privilegiada a adoção de sistemas passivos de aquecimento e arrefecimento, bem como de sistemas de renovação do ar de forma natural, melhorando o desempenho energético do edifício com redução do consumo de energia, para se atingir o adequado conforto térmico;
- Cada transplante ou abate de espécime arbóreo necessário deverá ser compensado com plantação de novos exemplares na proporção de 1 abatido por 2 novos plantados, devendo todas as propostas relativas à intervenção

sobre o arvoredo existente (manutenção, transplante ou abate) serem observadas segundo as regras estabelecidas pelo RMAL, devidamente justificadas e enquadradas no Relatório Técnico de Avaliação Visual de Arvoredo (RTAVA) a fornecer pela CML;

7. OBJECTIVOS

O objetivo principal do presente concurso é o de se obter uma proposta que responda às necessidades escolares atuais considerando os estudos de revisão da carta educativa, as orientações da DGEstE e a resposta ao Projeto Educativo em curso, reorganizando os espaços em toda a área de intervenção.

Pretende-se que através de uma solução coerente, com elevados padrões de segurança, conforto e funcionalidade, se devolva ao local com a requalificação / modernização da Escola existente após o necessário reforço estrutural e efetuadas as medidas corretivas necessárias, a memória da construção e em simultâneo com o novo edifício (gimnodesportivo) integrado no talude e no conjunto com novo limite de lote a sul (para garantir a construção de umas escadas de ligação entre a Praceta da entrada de serviço na R. Freitas Gazul e a R. Francisco Lacerda), uma imagem equilibrada na cidade, desenvolvendo nos utilizadores um sentimento de pertença, elementar para uma utilização cuidada do equipamento, garantindo-se assim uma maior longevidade da intervenção.

No desenvolvimento da proposta deverá considerar-se a coexistência das seguintes valências:

2º e 3º ciclo do ensino básico e o secundário, no total de 34 turmas (+/- 850 alunos) distribuídos do seguinte modo:

- 2º CEB (5º e 6º anos) com 8 turmas;
- 3ºCEB (7º, 8º e 9º anos) com 12 turmas.
- Secundário (10º, 11º e 12º anos) com 14 turmas.

Com os seguintes espaços educativos:

- 13 salas de aula
- 13 salas de aula duplas (ligadas duas a duas de acordo com o organigrama em ANEXO para resposta ao Projeto Educativo em curso)
- 1 sala de música;
- 4 salas de artes visuais;
- 1 sala de TIC
- 2 laboratórios (biologia/ciências e física/química).
- Biblioteca (área total 300m²)
- NNEE – Núcleo de Necessidades Educativas Especiais e respetivas áreas de apoio.
- Pavilhão Desportivo e respetivos espaços complementares.

A solução a desenvolver para nova construção com o Gimnodesportivo deverá localizar-se no terreno a poente do recreio escolar, nas imagens seguintes:



Figura 47, 48, 49 e 50 - Perspetivas da cobertura da piscina, do terreno adjacente para a nova construção, na base do talude e junto à Rua Francisco Lacerda

7.1 Qualidade e Coerência da Solução Conceptual

A proposta deve articular as características do equipamento e do lugar com uma visão contemporânea e oferecer com a nova construção uma presença urbana qualificada. Valoriza-se a clareza e consistência da solução que conjugue o respeito e valorização do existente, contribuindo para um bom resultado urbanístico revelando as seguintes preocupações:

- Estratégia na intervenção da requalificação do edificado com a nova imagem de área a construir;
- Estratégia na valorização do espaço exterior;
- Clareza nos acessos, circulações diferenciadas, funcionalidade e eficiência na articulação de espaços.

7.2 Adequação aos objetivos do Programa Preliminar

A proposta deve responder ao Programa Preliminar de forma consistente e apresentar clareza e funcionalidade na relação entre os diferentes espaços.

A compartimentação e as áreas funcionais deverão garantir a máxima eficácia na sua organização e distribuição, permitindo a flexibilidade de utilização ao longo da vida útil do edifício e responder a um leque abrangente de utilizadores. A articulação e hierarquização das áreas destinadas ao núcleo administrativo, às zonas de serviço, à escola básica, à secundária e aos restantes espaços comuns deve ser clara. Também as áreas de circulação no interior na nova construção e no recreio deverão ser racionalizadas, assegurando de forma eficiente as condições de insolação, ventilação e conforto térmico.

Sempre que possível, e salvo indicação específica, os espaços deverão estar organizados por núcleos base e função – administrativos e de gestão, de ensino básico, de ensino secundário, espaços complementares de ensino, complementares de apoio, zonas exteriores e de recreio.

Num primeiro nível, associam-se as áreas funcionais letivas afetas à comunidade escolar (crianças, pessoal docente e não docente), com espaços para atividades formais, espaços de órgãos de gestão e de apoio socioeducativo, espaços de pessoal docente e não docente, zonas de apoio e áreas técnicas. Devendo o respetivo acesso ser controlado e restrito, ao nível da portaria.

Num segundo nível, associam-se as áreas funcionais dinâmicas não letivas, designadamente: o Gimnodesportivo, a sala de educação física, os espaços sociais, de convívio e a biblioteca escolar, localizados em pontos centrais no sistema vivencial da Escola, promovendo através duma relação visual e física a frequência respetiva potenciando dinâmicas / articuladas com os núcleos de atividades formais específicos.

Se forem previstos espaços menos expostos em termos solares ou de ventilação, nunca poderão ser destinados a espaços de ensino, de apoio, ou de permanência dos alunos.

7.3 Articulação com o território e sistemas envolventes

As soluções deverão enquadrar-se nas características morfológicas e tipológicas dominantes e contribuir para a valorização arquitetónica e urbanísticas do local. Deve ser prevista uma integração harmoniosa, quer da volumetria, quer da materialidade proposta, contribuindo para um equilíbrio entre escala e linguagem das construções envolventes, respeitando-se as características ambientais e paisagísticas mais relevantes, com vista à sua qualificação.

7.4 Racionalidade construtiva

As soluções técnicas a apresentar deverão ser viáveis e adequadas à estimativa orçamental da obra, sem prejuízo da qualidade construtiva. E a seleção de materiais, conjugar estética, durabilidade, fácil manutenção e substituição e ser compatível com a racionalização de custos intrínseca ao projeto, garantindo assim uma relação vantajosa entre o valor da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade apresentadas.

Sempre que possível deverá dar-se cumprimento ao previsto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, nomeadamente a utilização de, pelo menos, 10% de materiais reciclados (ou de materiais que incorporem materiais reciclados), relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra.

7.5 Sustentabilidade e aspetos de manutenção futura

Considerando a Diretiva Europeia, Portugal pretende transformar o parque edificado existente e o futuro, em edifícios NZEB (Near Zero Energy Building), com regras específicas para habitação, comércio e serviços, reduzindo de imediato a fatura energética e a médio prazo a dependência da energia importada, contribuindo em simultâneo para uma descarbonização consciente, com o propósito de se atingir a neutralidade carbónica no território.

Assim, as diferentes regras estabelecidas para edifícios de habitação, comércio e de serviços, diferenciam-se no tipo de intervenção – renovação ou grande renovação, classificação atribuída em função da relação, custo total da obra e o valor da totalidade do edifício, de acordo com a alínea q) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua atual redação.

Na grande renovação de um edifício existente, os projetos devem assegurar que as necessidades de energia primária total sejam reduzidas para pelo menos 20% (NZEB) relativamente aos requisitos exigidos para um edifício com necessidades de energia quase nulas NZEB20 (construção nova), (requisito RIEE * $\leq 0,60$) previstos no Manual SCE (Sistema de Certificação Energética dos Edifícios), aprovado pelo Despacho n.º 6476-H/2021, na sua atual redação.

A avaliação do desempenho energético dos edifícios é realizada considerando as necessidades de energia afetas a determinados usos, tais como o aquecimento e arrefecimento, ventilação, águas quentes sanitárias e a iluminação, determinadas de modo a otimizar, direta ou indiretamente, os níveis de saúde, conforto térmico e qualidade do ar para todos os utilizadores.

Face ao exposto, a proposta deve apresentar soluções construtivas e técnicas eficientes, utilizando estratégias passivas de conforto ambiental que permitam reduzir gastos energéticos e garantam uma elevada certificação energética do edifício, nomeadamente, através da otimização da utilização da luz e ventilação naturais.

Deverão ainda ser privilegiados os sistemas construtivos compostos por materiais de reduzida pegada ambiental, recicláveis e com um ciclo de vida que garanta a sua durabilidade e baixa manutenção permitindo a flexibilidade de utilização ao longo da vida útil do edifício.

Sempre que possível deve ser prevista a reutilização das terras de escavação sobranes para modelação dos espaços verdes;

NZEB (Near Zero Energy Building) - classificação para edifícios com requisitos adicionais de eficiência energética de acordo com o Decreto-Lei nº 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua atual redação.

*RIEE = Rácio de classe energética em edifícios de comércio e serviços.

8. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Pretende-se com a requalificação / modernização da Escola Básica e Secundária Manuel da Maia, proporcionar as melhores instalações para um universo escolar com o máximo aproximado de 850 alunos (dados do ano letivo de 2023/24), distribuídos por 34 turmas, conforme já referido.

Na elaboração da proposta, deverão ser consideradas as premissas do Programa Funcional Tipo e demais diretivas expressas, em Anexo ao presente Programa Preliminar.

Resultando da análise das condicionantes e dos requisitos impostos, apresentam-se de seguida os aspetos a considerar no desenvolvimento do respetivo Projeto.

9. PROGRAMA FUNCIONAL

No Quadro de Áreas no ANEXO I.V. apresenta-se a listagem de áreas do Programa Funcional retiradas das Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar - versão 2.2 de fevereiro de 2017, da Parque Escolar.

10. QUESTÕES A CONSIDERAR NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A reestruturação dos equipamentos escolares existentes, através de obras de requalificação, tem por meta criar condições de conforto e funcionalidade para que possam seja possível serem implementadas as atividades letivas e de enriquecimento curricular que permitam concretizar o objetivo estratégico de garantir a Escola a tempo inteiro, facilitando

a gestão e interação com a comunidade e proporcionar a existência de ambientes interiores e exteriores agradáveis e diversificados.

Resultando da análise das condicionantes e dos requisitos impostos, são definidas nos pontos seguintes, as linhas orientadoras para a elaboração da proposta:

1. Conforme consta no estudo do LNEC de “Avaliação da vulnerabilidade sísmica dos edifícios principais das escolas do município de Lisboa” deverá ser previsto o reforço estrutural dos edifícios existentes, e a estabilização do talude onde se encontra fundada a extremidade noroeste do Bloco principal e o que se localiza no extremo ocidental do recreio;
2. Prever-se a recuperação geral do edificado existente com a correção das patologias; com o reforço estrutural respeitando a configuração original da construção; com as correções térmicas e acústicas (introduzindo isolamentos e soluções impermeabilizantes no caso das coberturas por exemplo, etc.), com a remodelação geral das redes de infraestruturas, com a recuperação e/ou renovação das superfícies exteriores e interiores, com a requalificação dos espaços exteriores prevendo o aumento da área desportiva na cobertura do Pavilhão em novo edifício de nível com o recreio existente;
3. Eliminação de problemas relacionados com a acessibilidade desde entrada da escola até aos edifícios que a compõem, em todos os pisos e entre os vários núcleos de ensino existentes, com a criação de circuitos com recurso a rampas e elevadores, com a introdução de instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada; garantindo ainda uma boa acessibilidade de nível em percurso coberto entre edifício(s) existente(s) e o novo através do recreio;
4. Reorganização do espaço exterior na entrada principal do estabelecimento escolar, com criação de acessibilidades e articulação entre o acesso/portaria com as entradas do Bloco A (aulas), do Bloco G (ginásio) e C a (galeria /passagem coberta), de modo a garantir uma boa comunicação horizontal e vertical entre edifícios e a existência de átrios que permitam ser espaços de estar e acolhimento de alunos, docentes e encarregados de educação e integrar as componentes expositivas e museológicas.
5. Melhoria dos espaços de gestão da Escola: sala de diretor, sala de direção, zona de espera, gabinete de atendimento, sala de reuniões do Conselho Geral, secretaria, tesouraria, arquivos, economato, arrumos e sala de assistentes operacionais;
6. Melhoria da oferta de espaços para os docentes: sala de professores com espaço de estar, convívio/cafetaria, trabalho e reuniões; vários gabinetes de trabalho, áreas de espera e salas de atendimento; gabinete médico; sala de contingência; salas de diretores de turma e gabinetes de departamentos; sala de reuniões e de trabalho.
7. Melhoria dos espaços socio educativos: necessidade da criação de uma SPEE- Sala de Pais e Encarregados de Educação; SEE - Sala de ensino especial; SPO - Sala de Psicologia e Orientação; GAT - Gabinete de Apoio e Tutoria; zonas de espera e trabalho.
8. Recuperação do Salão de Festas (atual Ginásio) de modo a criar uma Sala Polivalente, que permita a prática de educação física, dança, atividades do Clube de Teatro, a realização de conferências, festas e eventos etc. que impliquem grande capacidade.
9. Reformulação da distribuição das Salas de Aula existentes de acordo com o ANEXO, para resposta ao Projeto Educativo em curso, com 13 salas duplas (com zona de bancada com lava-loiças, placa de cozinha e arrumos)

- e 13 salas normais (25 alunos média). Para além destas, mais duas salas para pequenos grupos (15 alunos) e duas para grandes grupos (60 a 90 alunos), podendo uma delas funcionar na Sala Polivalente (atual ginásio).
10. Assegurar a adoção de sistemas passivos de aquecimento e arrefecimento, para se atingir um adequado conforto térmico, melhorando assim o desempenho energético dos edifícios com redução do consumo de energia, prevendo a requalificação das coberturas com o respetivo isolamento térmico etc.
 11. Assegurar que as questões de segurança contra incêndio sejam cuidadosamente observadas face à concentração de alunos previstos;
 12. Melhoria das condições de segurança nos espaços, prevendo a fixação às paredes de todos os cacifos e mobiliário expositor.

A. Espaços de Aprendizagem Formal

A.1 Espaços de Ensino Geral

O núcleo de Salas de Aula de ensino geral (2º, 3º ciclo e secundário) é constituído por 30 salas distribuídas de acordo com as funções seguintes

- 13 - Salas de Aula Duplas (agrupadas duas a duas, de acordo com o organigrama e o Projeto Piloto em ANEXOS)
- 13 - Sala de Aula (tipologia existente)
- 2 - Salas de Aula (pequenos grupos: capacidade: 15 alunos)
- 1 - Sala de Aula (Anfiteatro – 2 turmas)
- 1 - Sala Polivalente (Salão de Festas existente) – com espaço para arrumos

As Salas de Aula deverão continuar a funcionar no edifício existente de acordo com a seguinte distribuição: 2º CEB (5º e 6º anos) - 8 turmas; 3ºCEB (7º, 8º e 9º anos) - 12 turmas e Secundário (10º, 11º e 12º anos) - 13 turmas.

Só 2º ciclo e secundário

A recuperação do Salão de Festas, atualmente utilizado como Ginásio, poderá ser a Sala Polivalente, para a prática de educação física, dança, oficina de expressões dramáticas e atividades do Clube de Teatro, realização de conferências, festas, eventos etc. que impliquem grande capacidade;

As salas de Ensino Especial deverão ficar no piso 0 garantindo o fácil acesso a utilizadores com mobilidade condicionada e com as respetivas Instalações Sanitárias de apoio, autónomas das restantes.

As salas de atividades, devem privilegiar um contacto visual para o espaço exterior de recreio, através de portas e/ou janelas.

As áreas complementares a cada sala de atividades poderão estar adjacentes ou incluídas nas mesmas dependendo da respetiva função, designadamente:

- Os espaços para arrumo de material didático, poderão estar adjacentes ou incluídos;
- A zona de vestiários das crianças, deve, sempre que possível, ser autónoma, mas com ligação direta;

- Na sala de expressão plástica, a zona suja pode estar adjacente ou incluída na mesma;
- As instalações sanitárias para crianças incluindo a destinada a mobilidade reduzida deverão estar localizadas na proximidade das salas de atividades.

A.1.2 Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

1 - Sala de Informática e Multimédia (sala TIC)

1 – Espaço para Arrumos de material didático e audiovisual;

1 - Oficina de informática equipada com bancada para intervenção em hardware

A Sala de Informática deverá garantir um bom arejamento.

A.1.3 Núcleo de Ciências

1 - Laboratório de Ciências / Ciências

1 - Laboratório de Física / Química

1 - Sala de Apoio de Preparação Física / Química

O Laboratório de Física / Química deverá localizar-se preferencialmente no piso térreo com saída de emergência direta emergência direta para o exterior.

A Sala de Apoio de Preparação deverá situar-se entre os dois laboratórios com acesso direto aos mesmos, com ponto de água para instalação de um frigorífico (para reagentes) e devidamente arejada.

A.1.4 Núcleo Artes Visuais

- 4 - Salas de Artes
- 4 - Sala de Apoio e Preparação (arrumo)

As Salas de Artes poderão localizar-se nas instalações das antigas Oficinas da Escola, com lanternins tipo *shed*, de modo a garantir-se uma iluminação zenital adequada ao desenvolvimento das atividades de geometria descritiva, artes plásticas, design e pintura a que se destinam.

Os espaços deverão ter bancadas com dois pontos de água por sala para lavagem de material devendo existir alturas diferenciadas para resposta a utilizadores com a mobilidade reduzida para o efeito.

A.1.5 Núcleo de Artes do Espetáculo

- 1 - Sala de Música
- 1 – Arrumo para instrumentos

A sala de música deverá ficar localizada numa zona mais calma do edifício, dotada de boa acústica, devidamente insonorizada da(s) sala(s) adjacentes de modo a garantir-se a menor perturbação possível das outras disciplinas.

B. Biblioteca

- 1 - Sala Nuclear de Biblioteca Escolar
- 1 - Gabinete de Gestão
- 1 - Arquivo

- 1 – Sala para grandes grupos

A Biblioteca deverá prever 300,00m² de área total, incluindo um espaço de entrada com a zona de atendimento e exposição, um arquivo e um espaço para grandes grupos (ver ANEXO correspondente).

Pretende-se que o espaço seja vivenciado, com fácil acesso, eventualmente múltiplo, de modo a convidar os alunos a entrarem, promovendo em simultâneo através duma relação visual, um espaço com iluminação e insonorização devidas e adequadas para o seu bom funcionamento, potenciando dinâmicas próprias na Escola.

A área nuclear da Biblioteca deverá prever espaço para suportes ou estantes (sempre fixadas às paredes) em sistema de livre acesso, com zona de leitura dimensionada para 80 lugares sentados em mesas de leitura/trabalho e 20 lugares em zona de estadia informal. Em termos de infraestruturas deverá considerar-se a necessidade de pontos de ligação para computadores nas mesas a prever.

C. Espaços Sociais e de Convívio – Núcleo do Aluno e Espaços de Apoio

C.1.1 Área do Aluno

- 1 - Zona Informal e de Lazer
- 1 – Associação de Estudantes
- 1 – Clube Escolar
- 1 – Loja Escolar
- 1 – Rádio Escolar

O rádio poderá funcionar no espaço do aluno, independente e exposto, como dinamizador de alternativa nos tempos livres, acessível a todos e visível para uma maior dinâmica da respetiva função em zona em que o som não incomode os edifícios mais próximos.

D. Espaços Desportivos - Novo Edifício com Pavilhão Desportivo

A solução a desenvolver para o novo edifício, para além de prever o Gimnodesportivo com as respetivas áreas complementares e outras designadas no presente Programa Preliminar, poderá conter outros espaços que se entendam beneficiar a funcionamento da Escola, e uma cobertura de nível com o recreio para facilidade de acessos, que de acordo com as recomendações da Carta Desportiva deverá ainda prever a instalação de campos de jogos com desenhos no pavimento, potencializando a prática e diversificação das atividades, podendo considerar-se também para o efeito a área de recreio existente.

As acessibilidades verticais do edifício deverão estar localizadas nos respetivos átrios distribuidores de percursos, e deverá prever-se acesso(s) na base conforme já referido;

A comunicação entre a nova construção e os edifícios existentes deverá ser assegurada por percurso coberto através do recreio de modo a permitir a passagem entre blocos em dias de chuva;

Conforme já referido, existe a possibilidade do Pavilhão Desportivo (e áreas complementares de apoio) poder vir a ser utilizado pela comunidade em horário extraescolar, devendo para o efeito prever-se o(s) acesso(s) ao público na base

do edifício (à cota da via junto à piscina municipal e / ou na Rua Francisco Lacerda) assegurando a devida ligação à rede viária existente dentro da área de intervenção.

Relativamente à segurança contra incêndio, esta nova construção deverá prever duas colunas de acessos verticais; uma interna com escada e elevador, e outra exterior no topo sul com uma escada que ligue o recreio à(s) saída(s) de emergência na base.

D.1. Pavilhão Desportivo e Espaços de Apoio

- 1 - Pavilhão Desportivo (AU desportiva = 968m² (45mx25mx7m), com área de protecção:1.125m²)
- 2 - Arrecadações (Ginásio e Sala de Desporto)
- 1 - Sala de Desporto (AU = 384M² - 24x16x6)
- 1 - Sala de Tênis de Mesa (AU = 160m² – para 8 mesas)
- 1 - Área de Bancadas para público (100/150 pessoas) com respetivo núcleo de instalações sanitárias (M/F/PMC)
- 1 - Núcleo para Professores com 1 Sala de trabalho (para 12), Vestiários / Balneários / I.S. (M/F/PMC)
- 4 - Núcleos para Alunos (2F+ 2M) com Vestiários / Balneários / I.S. / PMC (4 módulos independentes) - (capacidade:160 alunos - 4 turmas em simultâneo, devendo prever-se espaço para a quantidade de cacifos necessária)
- 1 - Posto de Primeiros Socorros
- 1 - Sala de Trabalho
- 1 - Sala de Instalações Técnicas
- Átrio e Circulações

A área desportiva útil do Pavilhão deverá prever as respetivas áreas de proteção e permitir o traçado de um campo de andebol (40x20m) e/ou três campos de voleibol transversais (18x9m);

O posto de primeiros socorros deverá ficar localizado perto da saída para uma melhor gestão e isolamento das crianças a necessitar de apoio, facilitando o transporte direto para fora da Escola.

C.3 Refeitório / Cozinha e Espaços Complementares

- 1 - Cozinha e Áreas Complementares
- 1 – Refeitório
- 1 – Cafetaria / Bar
- 1 – Esplanada (coberta)

Do universo estimado de aproximadamente 850 alunos, prevê-se que cerca de 50% almocem na escola, número a considerar no desenvolvimento da Cozinha e do Refeitório.

Este núcleo deverá prever o respetivo acesso facilitado de nível, com ligação direta ao exterior e ventilação natural, constituindo-se em simultâneo um espaço estanque em caso de incêndio, garantindo a segurança dos seus utilizadores. Relativamente à cozinha, deverá dar-se a máxima atenção à sua localização e aos percursos de acesso de pessoal, de abastecimento e de saída de lixos, para que estejam devidamente separados da área de circulação de crianças, condição elementar para se garantir o seu bom funcionamento, segurança e as melhores condições de higiene.

A Cafeteria / Bar a prever deverá ter a possibilidade de se estender ao exterior em área de esplanada coberta integrada, ao nível do recreio.

A.4 Núcleo das Necessidades Educativas Especiais (NEE) e Espaços de Apoio

- 1 - Sala de Unidade de Multideficiência
- 1 – Instalação Sanitária com banho assistido
- 1 – Copa de Apoio
- 1 – Espaço Snozelen
- 1 – Arrumo
- 1 – Sala Suplementar

O NNEE - Núcleo de Necessidades Educativas Especiais deverá garantir o acesso direto o recreio.

A copa de apoio deverá ter prevista a instalação de fogão, forno e micro-ondas para o ensino de autonomia destas áreas aos respetivos alunos.

A Sala Snoezelen deverá ser um espaço aconchegante com todas as superfícies de cores claras, e permitir projeções de imagens nas paredes e pavimento, considerando que as infraestruturas previstas possibilitem a ligação de aparelhos utilizados na respetiva terapia.

E. Entradas e Atendimento Geral

E.1. Entradas e Portaria

- 1 - Portaria
- 1 - Instalação Sanitária
- 1 - Área Exterior Coberta

Considerando o importante papel social que representa a entrada numa Escola, onde se encontram alunos, pais / encarregados de educação, professores etc... deverá prever-se que neste espaço a nova portaria seja integrada o melhor possível na imagem do conjunto a requalificar, prevendo-se para o espaço circundante a recuperação do gradeamento, a zona verde dos canteiros existentes etc.

E.2. Átrios e Circulações

- Variável - Átrios Principais
- Variável - Zona de Exposições - Museológica
- Variável - Instalações Sanitárias
- 1 – Receção

A Receção deverá localizar-se o mais próximo da Portaria de modo a permitir a triagem e um maior controlo de quem poderá efetivamente entrar na Escola;

E.3 Serviços de Administração Escolar (Secretaria)

- 1 - Espaço de Trabalho e Atendimento
- 1 - Gabinete da Chefia
- 1 - Gabinete de Assistente Técnico - tesoureiro
- 1 - Economato
- 1 - Arquivo Intermédio

As zonas do núcleo acima poderão estar localizadas o mais perto da Direção da Escola, com o respetivo núcleo de I.S.

G. Espaços de Órgãos de Gestão e de Apoio Socioeducativo

G.1 Núcleo de Gestão (Direção e Conselho Geral)

- 1 - Área de Espera
- 1 - Sala de Direção
- 1 - Gabinete do Diretor
- 1 - Sala de Reuniões e Conselho Geral
- 1 - Núcleo de I.S. Tipo 1 (para um utilizador M/F) e outra para Mobilidade Condicionada

G.2 Espaços de Apoio Socioeducativo

- 2 - Gabinete de Serviço de Sociologia de Psicologia e Orientação (SPO)
- 1 – Sala de Associação de Pais / Encarregados de Educação
- 1 - Gabinete de Atendimento a Pais / Encarregados de Educação

O gabinete de atendimento a pais e encarregados de educação deverá situar-se o mais próximo da entrada da Escola, no piso 0, em zona de fácil acesso e localização otimizada perto da sala de diretores de turma.

G.3 Gabinetes e Espaços de Trabalho Coletivo

- 3 - Gabinete
- 1 - Sala de Diretores de Turma
- 1 - Sala de Diretores de Departamento

H.1 Núcleo de Pessoal Docente

- 1 - Sala de Professores (zona para trabalho: 60m², zona de reuniões: 20m² e zona de pausa com copa - 20m²).
- A reprografia poderá ser um espaço no átrio do núcleo administrativo e de gestão junto à Sala de Professores.

H.2 Núcleo de Pessoal Não Docente

- 1 - Gabinete de Coordenador
- 1 - Sala de Pausa com Copa
- 2 – Balneários

I. Espaços de Apoio e Áreas Técnicas

I.1 Serviços

- 1 - Gabinete Técnico de Manutenção

I.2 Arquivos

- 2 - Arquivo

Os espaços de Arquivo e Economato poderão ficar junto à Secretaria (podendo face à sua função funcionar noutras zonas em espaços sempre devidamente arejados).

I.3 Arrecadações

- 4 - Arrecadação de Limpeza
- 2 – Arrecadação
- 1 - Arrecadação de Material Exterior

Os espaços de arrumos deverão estar localizados perto dos núcleos a que dão apoio.

H. Instalações Sanitárias e Balneários

- 2 - Instalações Sanitárias Tipo 2 (3M + 3F)
- 2 - Instalações Sanitárias Tipo 4 (Pessoas com Mobilidade Condicionada)
- 1 - Instalações Sanitárias para Alunos Tipo 4 (6F + 6M +PMC))
- 2 - Instalações Sanitárias para Adultos (2 Utilizadores 2F + 2M)

Espaços Técnicos

- 1 - Bastidor Secundário
- 1 - Bastidor Principal
- 1 - Central Térmica

A indicação da quantidade e dimensão destes espaços está dependente do respetivo projeto de especialidades, no entanto a sua localização deverá ser otimizada de modo a facilitar o respetivo acesso condicionado para efeitos de manutenção, devendo as instalações estar protegidas do sol com a devida ventilação natural assegurada e caso se localize em compartimento fechado com sistema de refrigeração programado para atuar em dias de temperaturas muito elevadas.

Espaços Exteriores

Campos Desportivos Exteriores

- 1 - Campos Desportivos Exteriores na cobertura do novo edifício
- 1 – Pista de Salto em Comprimento (20m x 1m + caixa 10m x 3m)
- 1 – Pista de Atletismo (4m x 100) se possível

Deverá tornar-se o espaço de recreio numa zona diversificada e equacionar-se a possibilidade de integrar na mesma quatro pistas de atletismo de 50m e/ou triplo salto e área com aparelhos informais de exercício, integrados com as zonas de estar e de convívio;

Espaços Exteriores e de Recreio

- 1 - Recreio Coberto
- 1 - Percursos e Galerias Cobertas
- 1 - Espaço Aventura Descoberta
- 1 - Horta Pedagógica
- 1 - Espaço Exterior

Todos os espaços deverão estar estrategicamente articulados com áreas de circulação bem definidas e hierarquizadas permitindo que as crianças os utilizem livremente na máxima segurança, garantindo o cumprimento das normas de acessibilidade com todos os equipamentos propostos apropriados ao grupo etário a que se destinam.

Deverá ser dado especial cuidado ao incremento da vegetação (ex. canteiros em bordadura etc...), bem como a implementação de soluções que promovam a infiltração de água no solo (pavimentos permeáveis, áreas verdes com descarga para poços drenantes ou bacias de retenção com descarga indireta na rede geral de saneamento), a avaliar noutra fase de desenvolvimento de projeto;

Deverá equacionar-se a opção de soluções de repavimentação que promovam a infiltração de água no solo a (drenagem de pavimentos com áreas verdes com descarga para poços drenantes ou bacias de retenção com descarga indireta na rede geral de saneamento), e ser dada especial atenção ao incremento da vegetação (considerando o relatório do arvoredo em ANEXO), com a plantação de árvores e criação de canteiros em bordadura etc...podendo ser adotados para zonas de estar para aprendizagem descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças.

Ainda sobre o espaço exterior, deverá ser prevista a requalificação da zona corredor com dois níveis, em calçada de vidro e espaço verde, junto ao limite nascente do lote, dotando o percurso de drenagem periférica de modo a tornar o espaço cuidado e atrativo, contrariando a situação atual de esquecimento e para arrumo de contentores de lixo.

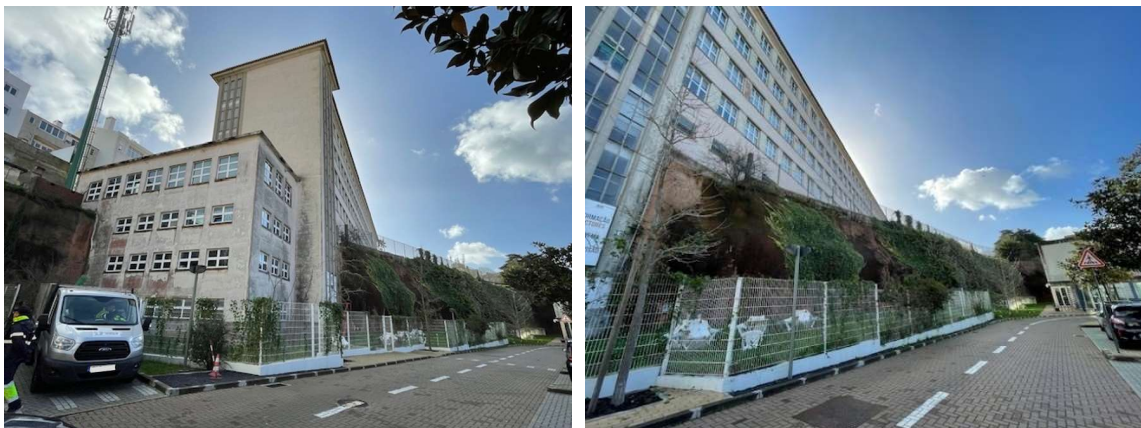
A horta pedagógica deverá ter localização privilegiada relativamente à exposição solar com um ponto de água;

10.1 Área destinada a Campos Desportivos Exteriores

No que se refere à implantação de campos desportivos exteriores, para além dos previstos para a cobertura do novo edifício e de nível com o recreio, também se poderá propor neste último desenho(s) de pavimentos para a respetiva utilização desportiva, diversificando assim as atividades no mesmo.

10.2 Vedação

O lote deverá manter-se vedado com o gradeamento existente junto à praça de acesso à entrada principal, a recuperar, devendo o modelo ser replicado na vedação na base do talude junto à terceira entrada no lote de modo a garantir-se a coerência na requalificação total da intervenção.



Figuras 51 e 52 - Perspetivas da extremidade norte da Escola à cota do acesso à piscina municipal com talude em escarpa na base do recreio

10.3 Espaços Exteriores à Escola

Sempre dentro da área de intervenção deverá prever-se o arranjo do espaço exterior em torno da nova construção, de modo a garantir-se uma zona de chegada qualificada ao equipamento com a ligação à rede viária.

11. ESCOLA PROVISÓRIA

Nota prévia: Este capítulo não se aplica à fase de concurso. No entanto o projeto deverá ser desenvolvido na fase de execução do contrato, pela equipa adjudicatária.

De acordo com as indicações do Departamento de Educação da CML e de modo a minimizar-se o impacto da obra nas atividades escolares, a respetiva empreitada deverá ser executada em duas fases, e durante a sua duração, a Escola funcionar de acordo com o indicado no respetivo anexo, com independência total de acesso entre o estaleiro da obra e a mesma.

12. ESTIMATIVA DE CUSTOS DE OBRA

Tendo em consideração a estimativa de áreas e o tipo de intervenção, assim como os atuais valores de mercado, o custo estimado para a de Requalificação da Escola Básica e Secundária Manuel da Maia em Lisboa é de **27.632.576,00€** (vinte sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos e setenta e seis euros) a acrescer o IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes deverão respeitar este valor como a referência máxima para a realização das obras em causa² devendo assumir o compromisso durante o desenvolvimento do projeto de procederem às alterações necessárias para o efeito.

13. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR

Fazem parte integrante do presente documento os seguintes anexos:

- ANEXO I.A. - Área de Intervenção (.pdf)
- ANEXO I.B. - Ortofotomapa (.pdf)

² Neste valor estão incluídos os trabalhos de 01-Estaleiro e outros trabalhos preparatórios; 02-Demolições e Contenções de Estruturas; 03.01-Enterrados/superficiais; 03.02-Superficiais/aéreos; 04.1-Estrutura; 04.2-ArquitECTURA; 04.3-Instalações técnicas.

- ANEXO I.C. - Levantamento Fotográfico (.jpg)
- ANEXO I.D. - Levantamento Topográfico (.dwg)
- ANEXO I.E. - Levantamento Arquitetónico (dwg, pdf e rvt)
- ANEXO I.F. - Cadastros de Infraestruturas (.pdf)
- ANEXO I.G. - Plantas do PDM (.pdf)
- ANEXO I.H. - Relatório de Caracterização e de Valores Patrimoniais (.pdf)
- ANEXO I.I. - Especificações Técnicas Arquitetura Projetos Edifícios Escolares (.pdf)
- ANEXO I.J. – Relatório Técnico de Análise Visual do Arvoredo (.pdf)
- ANEXO I.K. – Biblioteca (.pdf)
- ANEXO I.L. - Cidade dos 15 minutos (.pdf)
- ANEXO I.M. - P.A.C. Lisboa 2030 (.pdf)
- ANEXO I.N. – Programa Preliminar para a Implantação das Instalações Provisórias na Escola Básica e Secundária Manuel da Maia (.pdf)
- ANEXO I.O. – Avaliação da Vulnerabilidade Sísmica dos Edifícios Principais das Escolas do Município de Lisboa, LNEC (.pdf)
- ANEXO I.P. – Ficha de Avaliação do Estado de Conservação – MAEC, LNEC/CML 2020 (.pdf)
- ANEXO I.Q. – Análise Estrutural do Edifício Existente (.pdf)
- ANEXO I.R. – “Projeto Piloto – Humanizar as Aprendizagens” - Projeto Educativo da EB Manuel da Maia (.pdf)
- ANEXO I.S. - Organigrama para Salas Aulas em edifício existente (.pdf)
- ANEXO I.T. - GeoSIG – Aplicação de gestão de dados geológicos e geotécnicos e hidrogeológicos CML 2004 (.pdf)
- ANEXO I.U. – Quadro de Áreas (.xlsx)